

10  
2010

# R

# evista de História da Sociedade e da Cultura

Tomo II



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

Coimbra

muchas por él conseguidas en favor de la historia cultural, particularmente de Galicia.

*Jesús ALTURO i PERUCHO*

Universidade Autònoma de Barcelona  
jesus.alturo@uab.es

**COELHO, Maria Helena da Cruz – *Montemor a caminho da Corte e das Cortes*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2010, 231 p.**

A Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, enceta o seu estudo *Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes* com a transcrição de um excerto do pedido ou capítulo, apresentado pelos procuradores desta vila às cortes de Évora-Viana de 1481-1482. Acabava de ser entronizado el-rei D. João II. E classifica esse pedido, quanto ao seu fundamento sociopolítico, como «memória identificadora» da comunidade peticionária, já que parte do seu conteúdo consignava as raízes fundadoras e a tradição histórica de maior perenidade e partilha social à escala do vetusto concelho montemorense.

A questão da identidade (diga ela respeito a indivíduos, grupos sociais, localidades ou regiões) não está fundada, exclusivamente, no culto das origens e da tradição. Porquê? Porque, sendo a identidade, quer à escala singular, quer colectiva, um processo de criação ou de formação cultural (no sentido mais amplo do conceito), está em constante devir, em permanente transformação, sujeita portanto a inovações. A propósito, como excelente historiadora que é, a autora desta obra tem plena consciência da abrangência objectiva e da longa diacronia do processo identitário de Montemor, muito embora eleja a realidade dos séculos XIV e XV para campo preferencial da sua observação. Cuidemos, porém, de explicitar melhor o que até agora dissemos.

Passa-se com a identidade colectiva um processo similar ao da individualização, se pensarmos na parte herdada dos progenitores e nas primeiras interacções sociais da criança com familiares, amigos e

vizinhos. Ternas e felizes reminiscências da infância, como elas afloram com insistência ao longo das nossas vidas e quanto elas interferem com as realizações e aspirações que vamos concretizando ou adiando! Também uma qualquer comunidade humana, uma vez individualizada pela cultura herdada e adquirida, sente sempre, pouco ou muito, o pulsar do passado, enquanto se vai formando, readaptando e transformando por efeito de factores internos e externos a ela.

É bem verdade que se pode ter uma forte consciência identitária sem recorrer, *excessivamente*, à memória e à história, pelo que há autores que, além do tipo da identidade histórico-patrimonial, rastreiam outros, como o da identidade vivida (reflectida, sobremaneira, em modos de vida actuais) ou o da identidade projectiva (balanceada, mais, para o futuro). Estamos, porém, em crer que a identidade, quando existe (já que há comunidades sem ou com fraca identidade), mergulha sempre (repetimos) no passado. Podem é os habitantes de uma localidade ou de uma região ter das respectivas configurações espaço-sociais uma imagem negativa ou desvalorizadora, mas isto é outra questão.

Estamos certos que, ao elaborar, com muito empenho e até amor, este estudo, Maria Helena Coelho teve como principal objectivo concorrer para o reforço do orgulho dos montemorenses em pertencerem a um território e a uma comunidade com uma notável herança histórica e um valiosíssimo património material e imaterial. Ou seja, a par do reforço da memória colectiva (como herança construída e vivida a partir de dentro da comunidade), a autora trouxe, objectivamente e a partir do exterior, mais um importante contributo de natureza histórica, que vem juntar-se e entretecer-se com outros estudos seus, como *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* ou *Forais de Montemor-o-Velho*.

Depois de documentar e justificar, suficientemente, com a reconstituição factual e a interpretação adequada (a que se poderá e deverá associar a quase centena de diplomas transcritos em “Apêndice Documental”), a razão da escolha do título “Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes”, a autora conclui deste modo: «Torna-se claro, face ao referido, que Montemor e seu termo estiveram no caminho da corte régia. Em movimento inverso, os homens de Montemor e do seu termo dirigiram-se também à corte para fazer valer, individual ou colectivamente, os seus interesses e direitos» (p. 45).

Como instrumentos formais para suportar esta tese, Maria Helena Coelho coligiu ou elaborou: quadros e esboços de mapas, em que condensa sobretudo dados sobre reuniões de cortes (datas, locais, procuradores do concelho, matérias por eles apresentadas e resultados alcançados); itinerários de reis e infantes em actividade política, militar ou de outra natureza; imagens de paços e demais edifícios que, localmente, albergaram altos dignitários; retratos de personagens medievais ligadas a Montemor-o-Velho, com os respectivos brasões, armas e selos. Com efeito, em *Apêndice Fotográfico*, figuras de reis e rainhas, de infantes e princesas ou de alcaldes-mores são-nos apresentadas sob as formas de estátua jacente, pintura a óleo ou iluminura. Esta iconografia, a que se associa a imaginária religiosa adjacente, valoriza, sobremaneira, o estudo em causa, desde logo pelo seu interesse artístico, mas também, e sobretudo, porque concorre para integrar, num todo globalizante e coerente, as diferentes perspectivas e as várias componentes da realidade, iluminando-as mais. Dito de outro modo, em particular o original conjunto dos retratos afirma-se e funciona como importante fonte histórica de uma época em que a pessoa tende a autonomizar-se, a desligar-se das teias senhoriais e das preocupações constantes com o além, para passar a viver menos peada, mais individualizada. É o que alguns desses retratos já deixam transparecer. Mas, há outra simbologia reproduzida, com relevo para os ferros da picota do pelourinho de Montemor-o-Velho, ou seja, para instrumentos associados à administração da justiça municipal.

Outra componente forte deste livro é a relevância conferida à especificidade geográfica de Montemor-o-Velho, quer quanto ao valor dos seus recursos naturais (favoráveis, como é sabido, à agricultura, à pecuária e às trocas), quer quanto ao factor geoestratégico (com relevo para o eixo Figueira da Foz – Coimbra). Mas, devolvamos a palavra à autora: «Era, de facto este baluarte militar [o castelo de Montemor] que, implantado no curso jusante do Mondego, defendia Coimbra de possíveis incursões por via marítima» (p. 10). Consequentemente, o factor geoestratégico e o potencial de desenvolvimento desta parcela do Baixo Mondego tornavam a localidade montemorense muito apetecível para a Coroa portuguesa e, por manifesto interesse, [voltamos a citar] «a própria vila reclamava esse mesmo privilégio de ser de senhorio régio, revendo-se na memória de infantas, infantes, reis e rainhas que a haviam tutelado» (p. 12).

E, com Maria Helena Coelho, podemos, seguramente, rememorar diversos acontecimentos históricos que nos ajudem a entender o interesse de Montemor em ser Vila da Coroa e não de qualquer donatário alheio à Casa Real. Exposto, com alguma frequência, a sofrer as devastações e as atrocidades da guerra, mesmo assim o concelho montemorense preferia esta situação de inquietante e desgastante ameaça militar, em vez de ser objecto de constante exploração e opressão por parte de senhores locais e regionais. Era a guerra em si e era, até, a preparação para ela que dilaceravam o corpo da vila, pouco importando, porém, face a outros males maiores. Recortemos do livro, apenas, este exemplo: aquando das guerras fernandinas (mais propriamente em 1370), procedeu-se à reparação dos muros e da cerca do castelo de Montemor, mas também ao derrube de casas particulares e até de igrejas adossadas ao muro castelejo, para que não viabilizassem eventuais escaladas dos inimigos, convencidos como estavam os estrategos militares de D. Fernando que os castelhanos, entrando pela Beira, acabariam por aceder a Lisboa pelo Baixo Mondego (p. 12).

Estes eram, porém, tempos de aceleração da história, porque os tempos curtos ou de ritmos repetitivos coadunavam-se mais com a importância económica de Montemor, particularmente na segunda metade de Quatrocentos (já a recuperar, portanto, da “Longa Depressão Europeia”), quando a vila, no dizer da autora deste livro, se revia numa considerável dinâmica agrícola, artesanal, comercial e de serviços, apoiados em casas de assistência, hospital e estalagem (p. 53). Como se esperaria, apresentava-se, então, «igualmente diversificada e prestigiada a nível social», enquanto, demograficamente, a sua pujança também impressionava, uma vez que, pelo “numeramento” de 1527, a vila e o seu termo contariam mais de metade da população de Coimbra e do seu território concelhio.

Se os grandes acontecimentos abalavam o quotidiano, este, por norma, decorria tranquilo, demasiado tranquilo. Em linguagem pictórica do mais fino recorte literário (como, aliás, é seu timbre), a Doutora Maria Helena Coelho descreve assim esse quotidiano próprio das eras de Trezentos e Quatrocentos: «O dia decorria de sol a sol e o sino da Igreja, ao toque das ave-marias, anunciaria o fim da jornada diária. Era também esse sino que chamava à missa e ao descanso dominical, como repicaria ainda mais festivamente em momentos extraordinários, nas festas móveis do calendário

litúrgico, em especial o Natal e a Páscoa, e nas fixas da Virgem e dos santos. Mais doloroso e triste, ou mais alegre e comunicativo, badalaria, de igual modo, os ritos de passagem de cada paroquiano, do seu baptismo e casamento à sua morte. E era ele ainda que, tantas vezes, soaria em alerta dos fregueses para o perigo de guerras, conflitos, incêndios ou cheias, que perturbavam o labor repetido, mas apaziguado, de todos os dias» (p. 53).

Voltemos a imbricar o real comum com o extraordinário quer fosse festivo, político ou guerreiro. A convite da autora, poderemos assistir à outorga do foral pelas infantas D.<sup>a</sup> Teresa e D.<sup>a</sup> Branca, (filhas de D. Sancho I), a favor do município de Montemor-o-Velho em 1212, acto quase de imediato impugnado pelo irmão das infantas, D. Afonso II, que «cercou o castelo e com o seu exército saqueou e arrasou os campos [montemorenses] no seu entorno» (p. 9). O conflito foi resolvido, definitivamente, em 1223, reinando já D. Sancho II, o qual acabou por ratificar o foral de 1212.

Poderemos reencontrar-nos, historicamente, com outras figuras reais ligadas à vila montemorense, o que explica a sua itinerância ou permanência nestas terras mondeguiñas: D.<sup>a</sup> Filipa de Lencastre (lembra-o a autora desta obra) foi senhora da vila; «com D. Pedro [seu filho] se identificou Montemor, até à sua morte...» (p. 17); a 22 de Julho de 1450, D. Afonso V comunica ao alcaide-menor de Montemor-o-Velho que a infanta D.<sup>a</sup> Isabel (viúva do Infante D. Pedro) tinha permissão de se aposentar nos paços do castelo com a sua gente» (p. 19). E a lista poderá continuar se o leitor estiver interessado.

Nós, por ora, estaremos interessados em enunciar, com a autora, o conjunto de factores internos e externos que, no tempo longo e numa perspectiva estrutural, mais concorreram para determinar essas passagens ou permanências. Retenhamos que: «Os frutos da terra e do mar, produzidos na vila e termo de Montemor, sustentavam inequivocamente, nestes finais de Quatrocentos, canais de comercialização internos ou externos que serviam o reino, já então lançado nos caminhos do mar, e garantiam a riqueza e um dos meios de vida mais rentável aos seus vizinhos» (p. 38). Ora, enquanto, a rogo do Infante de Coimbra e senhor de Montemor, D. João I e o seu primogénito D. Duarte (já então associado à governação do Reino) promulgavam a carta de criação de uma feira anual em Montemor, com a duração de 15 dias e com uma área de influência regional (se não mesmo internacional), acontecia que, pela mesma altura, e como se queixará em cortes o concelho

montemorense, «o mosteiro de Santa Cruz e o bispo de Coimbra haviam interditado os seus caseiros de levar mantimentos à vila, a qual, sozinha, não conseguia alimentar todos os feirantes que nela circulavam» (p. 38). Atitudes, portanto, manifestamente díspares quanto à defesa dos interesses da comunidade de Montemor-o-Velho.

E Maria Helena Coelho, uma vez mais em retrospectiva estrutural, parte em busca de respostas para perguntas como estas: Quem é que tradicionalmente detinha a posse real destas ricas e humíferas (devido à rede hidrográfica do Mondego) terras de aluvião? A quem pertencia a posse útil, ou seja, quem as trabalhava e explorava? Quem mais beneficiava com os rendimentos traduzidos em géneros e dinheiro? Como se entretencia a apropriação dessa riqueza com o exercício do poder? O que era destinado, em termos de investimento, ao sector privado e ao público, ou seja, que património ia sendo gerado e gerido?

Ainda antes de D.<sup>a</sup> Teresa e sua irmã D.<sup>a</sup> Branca terem concedido foral a Montemor-o-Velho, já alguns senhores eclesiásticos de Coimbra, ligados sobretudo à Sé e a Santa Cruz, «se haviam tornado possidentes, por doações e compras, de muitas terras entre Coimbra e a foz do Mondego» (p. 9). As cartas de aforamentos colectivos destas terras registavam não só os direitos e as obrigações dos foreiros, mas também as normas que deveriam presidir às suas vidas em comunidade. Depois da atribuição do foral em 1212, mais se intensificou este movimento de concessão de cartas de aforamento e de povoamento, já que outros institutos religiosos (como os mosteiros de Grijó, de S. Paulo de Almaziva ou de Seiça) e altos dignitários seculares (com relevo para os da Casa Real) passaram a presidir ao processo de articulação dos recursos, das riquezas produzidas e dos poderes estabelecidos.

Legitimado pelas infantas filhas de Sancho I, o concelho montemorense superintendia à escala local, ainda que com poderes limitados e, mais ainda, quando as vicissitudes político-militares se agudizavam. Neste quadro de inevitável correlação entre o público e o privado, nem sempre é fácil destrinçar o que era apropriado por ambas as instâncias e se ia convertendo em património. Na impossibilidade e até na inconveniência de inventariarmos, aqui, várias situações, foquemos a gestão do Infante D. Pedro, no termo de Montemor. Foi ele que, designadamente, promoveu a drenagem de mais pauis e a regularização de cursos de água, incrementando,

ainda, o potencial piscícola. O mesmo Infante curou de estimular e custear o embelezamento artístico das igrejas da vila, numa demonstração de que, pelo seu espírito pragmático, lograva articular, facilmente, o património material e o imaterial.

Em contraponto com esta gestão socializante e mais liberal, a autora deste estudo reconstitui vários pleitos entre o concelho de Montemor e o mosteiro de Santa Cruz (como o que foi resolvido em 1455, sobre a grande quinta crúzia de Treixede). Estavam em causa o interesse privado (senhorial) e o público (concelhio) e decorria a governação de Afonso V. Este, «da mesma forma que privilegiava [institutos religiosos, como o mosteiro de Seiça], estaria receptivo a condenar abusos eclesiásticos» (p. 48). Mais: nos anos de 1450-1451, o monarca beneficiou alguns reguengueiros de Belide e todos os do termo da vila de Montemor, confirmando-lhes, as liberdades outorgadas pelos respectivos títulos de propriedade (p. 47). E a lista de exemplos poderia também prosseguir, sem que se alterasse uma das vertentes deste estudo: os edis de Montemor-o-Velho tinham bastas razões para enviarem procuradores às cortes e à corte, com capítulos das opressões que recebiam de alguns senhores locais. Daí que nas cortes de Évora-Viana de 1481-1482, perante o novo rei, D. João II, tivessem de impetrar: «E pois muito esclarecido senhor assy he que sempre reall e continuamente [a vila] foy da coroa do regno e fica agora vossa e do vosso poderio reall / vos pedimos que daqui em diante a nom dees a outra nengũa pessoa / soamente fique devoluta a vós como he ou ao principe por herdeiro em estes regnos e pera sempre fique em esta posse e doutra guisa se nom faça» (p. 7).

Eis transcrita a parte essencial que a Doutora Maria Helena Coelho considera como o registo da «memória identificadora» da comunidade de Montemor-o-Velho em finais do século XV. Como se reconheceu a propósito da interpretação ou leitura do retrato nesta época, se é ainda a teia de relações senhoriais e a obsessão dos valores do além que coagem os indivíduos (de que alguns logram já singularmente libertar-se), é a comunidade ou o colectivo de pessoas que se conhecem de perto o grande protagonista dos destinos de Montemor-o-Velho. Partilham um passado comum, são co-titulares de um património colectivo, detêm uma memória longa e acalentam realizações e aspirações de apertada solidariedade. Compreensivelmente, há os trãnsfugas, os marginais, os perseguidos, os homiziados... Será, necessário lembrar que



os homens (individual e colectivamente) não se fazem só em ambiência de convívio pacífico, de fraternidade e solidariedade, mas também emulando-se, opondo-se, gladiando-se pelas mais variadas razões?

A autora de *Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes* não esqueceu esta dupla vertente da individualidade e da sociabilidade e ei-la interessada em captar exemplos de desordem, dentro da ordem normal, recorrendo ao tipo de fontes mais adequado, ou seja, as “cartas de perdão”. Assim: ele é um morador em Vale, termo de Montemor-o-Velho, que espanca uma mulher casada e, sendo preso no castelo, dele foge numa ocasião em que as portas estão abertas; ele é o acto de violenta agressão a um almotacé, que lhe provoca ferimentos nos braços e num ombro e o deixa mesmo aleijado, configurando, portanto, um crime grave por o alvo ser um oficial do concelho; ele é um morador em Montemor que, «de proposito e sobre ameaça», sai ao caminho de outro homem e o mata com uma foice; ele é um grupo de jovens que em convívio nocturno acaba em agressões e morte, «como terá acontecido na Meijoada, lá pelo ano de 1464»; ele é um outro morador de Montemor que «tem de fugir da terra porque é acusado de bigamia». Exemplificar mais, para quê?

Maria Helena Coelho, a propósito desta pequena, mas grande (à escala local), conflitualidade, interrogar-se-á sobre o que terá acontecido «a estes homens depois dos seus actos ilícitos»? Responderá, de acordo com uma configuração geral à escala nacional, que alguns fugiram ou, como se dizia, amoraram-se, ficando na situação de foras de lei ou de homiziados. «Outros foram presos e condenados, no geral a um degredo, para terras marroquinas, ou viram-se obrigados a pagar certo montante para a chancelaria ou para a arca da piedade, quando não eram punidos com a dupla pena» (p. 58).

Não raro, porém, os infractores e criminosos recorriam aos poderes superiores, para rogarem perdões; ou, então, para, discriminados, solicitarem liberdades e privilégios, como sucedeu, com a comunidade judaica, confinada a uma rua da vila de Montemor, que obteve carta de confirmação dos seus privilégios, a 28 de Setembro de 1450. Não faltam, ainda, os registos de outros que, individualmente, também foram privilegiados com promoções sociais, com isenções fiscais e de aposentadoria ou com a dispensa do exercício de certos cargos comunais...

Regressemos, porém de novo, com a autora, à questão da identidade local e regional, para assinalar, agora, que ela também se constrói, pela configuração da pertença, acicatada pela confrontação entre concelhos e/ou aglomerados populacionais em situação de vizinhança. No que concerne a Montemor, assinale-se e documente-se este tipo de confrontação, propiciadora de imagens identitárias, com o exemplo de um conflito de compáscuo e de punição de infracções de pastoreio, em que foram partes os concelhos de Montemor e da Póvoa de Santa Cristina.

O presente estudo, como seria de esperar, quer devido à sua natureza, quer à especialização da autora, assenta, solidamente, num suporte de fontes históricas e numa paleta de estudos adequados e actualizados, a que se associam, como se disse, diversos trabalhos seus sobre o Baixo Mondego. Por tal são numerosíssimas (mais de duas centenas) as “notas de texto”.

Ainda quanto às fontes históricas desta obra, impõe-se que realcemos a sua variada natureza, desde as adequadas à construção dos eixos temporal e espacial, até às mais favoráveis ao intangível, como as literárias e as iconográficas. E, se a variedade das fontes é apanágio da boa investigação, não o é menos a sua adequação aos vários domínios da realidade, conforme já concretizámos. Em suma: os dados históricos, vertidos em factos e acontecimentos, não só são construídos a partir de fontes, como estas, por sua vez, reflectidas, interpretadas e contextualizadas, se inserem no âmbito específico do real observado ou, se se preferir, da instância por que é vista a história, ainda que não prescindindo da focagem do todo. Caberá ao leitor, mais que ao historiador, eleger a perspectiva que deseja privilegiar, se lhe oferecerem, como é o caso, um produto de qualidade, tanto do ponto de vista da substância, como da forma.

*João Marinho dos Santos*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.  
uc3928@fl.uc.pt